

Histórias e **Memória**

15 anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás





Histórias e **Memória**

15 anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás



Administração Superior
Defensor público-geral do Estado Tiago Gregório Fernandes
Suddefensor público-geral para Assuntos Institucionais Defensor público Allan Montoni Joos
Subdefensora pública-geral para Assuntos Administrativos Defensora pública Mayara Batista Braga Defensora pública Lucianna Fernanda de Castro Barbosa (em substituição até 12/2025)
Corregedor-geral da Defensoria Pública Defensor público Márcio Rosa Moreira
Conselho Superior
Membra e membros natos: Presidente: Defensor público-geral Tiago Gregório Fernandes
Subdefensor público-geral para Assuntos Institucionais Defensor público Allan Montoni Joos
Subdefensora pública-geral para Assuntos Administrativos Defensora pública Mayara Batista Braga Defensora pública Lucianna Fernanda de Castro Barbosa (em substituição até 12/2025)
Corregedor-geral da Defensoria Pública Defensor público Márcio Rosa Moreira
Membra e membros eleitos Defensor público Hêlvio Lopes Pereira Júnior Defensor público Thiago Igor de Paula Souza Defensora pública Singridy Palles da Silva Defensor público Pedro Ferreira Mafra Neto Defensor público Luiz Henrique Silva Almeida Defensor público Leonardo Samuel Brito de Oliveira
Chefia de Gabinete Ingrid David Cardoso de Oliveira
Órgãos Auxiliares
Diretora do Centro de Atendimento Multidisciplinar Defensora pública Izabela Novaes Saraiva
Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública Defensor público Domilson Rabelo da Silva Júnior
Órgãos de Apoio
Diretor-geral de Administração e Planejamento Marcelo Graciano Soares
Diretor de Assuntos Jurídicos Defensor público Luiz Paulo Barbosa da Conceição
Diretora de Comunicação Social Tatiane Dias Pimentel
Diretor de Controle Interno Danillo Molinari Silva
Diretor de Tecnologia da Informação Leandro Silva de Lima
Coordenações de Núcleos
Núcleo Especializado de Atuação Extrajudicial Defensor público Bruno Malta Borges
Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher Defensora pública Tatiana Maria Bronzato Nogueira

Núcleo Especializado de Direitos Humanos Defensor público Tairo Batista Esperança
Núcleo Especializado em Situação Carcerária e Política Criminal Defensora pública Ariela Lima Andrade
Núcleo Estadual de DPes de Garantias Defensor público Marco Túlio Félix Rosa
NDE de Atendimento Inicial da Capital Defensor público Tiago Ordones Régo Bicalho
NDE de Atuação nos Tribunais Defensora pública Gabriela Marques Rosa Hamdan Defensor público Saulo Carvalho David (até agosto de 08/2025)
NDE Criminais da Capital Defensor público Rafael Brasil Vasconcelos
NDE em Execução Penal Defensora pública Laura Pereira da Silveira
NDE da Infância e Juventude da Capital Defensora pública Bruna do Nascimento Xavier
NDE do Tribunal do Júri da Região Metropolitana Defensor público Luiz César dos Santos
NDE em Saúde da Capital Defensora pública Michelle Bitta Alencar de Sousa (em substituição até 12/2025) Defensora pública Lucianna Fernanda de Castro Barbosa
NDE Processuais Cíveis da Capital Defensor público Thiago de Mendonça Nascimento
NDE Processuais de Família e Sucessões da Capital Defensor público Daniel Ruybal de Lacerda
NDE de Anápolis Defensor público Emerson Fernandes Martins
NDE de Aparecida de Goiânia Defensor público José Luiz Pereira de Sousa
NDE de Luziânia Defensora pública Lenise Conceição de Sousa
NDE de Valparaíso de Goiás Defensor público Carlos Benjamin Blanco de Souza
Núcleo Regional de Defensorias Públicas de Trindade e Inhumas Defensora pública Débora Vidal

Expediente

Esta publicação é produzida pela Diretoria de Comunicação Social da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Ano 3, nº 4 – 2026. Distribuição gratuita.

Endereço:
Alameda Cel. Joaquim de Bastos, nº 282, Qd. 217, Lt. 14,
Setor Marista, CEP: 74175-150, Goiânia-GO.

Diretoria de Comunicação Social

Supervisão: Tatiane Pimentel (diretora)
Coordenação: Lívia Amaral
Edição e revisão: Lívia Amaral e Amanda Costa
Textos: Amanda Costa, Carol Almeida, Elisama Ximenes,
Gustavo Burns, Gustavo Soares, Lívia Amaral, Ludymila
Siqueira, Solange Araújo e Talitha Nery
Fotografias: Amanda Costa, Carol Almeida, Eduardo Ferreira,
Gustavo Burns e Talitha Nery
Projeto gráfico e diagramação: Fernanda Machado de Souza

Capa: Projeto Escuta Quilombo, Aparecida de Goiânia
Foto: Eduardo Ferreira

Histórias e Memória

15 anos
da Defensoria Pública do Estado de Goiás



Índice

Prefácio	07
Apresentação	11
Convívio	13
Ação emblemática da DPE assegura reabertura de unidades de saúde mental em Goiânia	
Esperança	16
Após quase dez anos de atuação, Defensoria concretiza acordo para posse de aprovados em concurso	
Infância	18
Ação emblemática da DPE assegura reabertura de unidades de saúde mental em Goiânia	
Proteção	22
Atuação da DPE na pandemia garante circulação de ônibus	
Sobrevivência	26
Em meio à pandemia, tese jurídica iniciada na Defensoria possibilita subsistência de filhos	
Amparo	32
Família em luto tem a chance de registrar paternidade	
Identidade	36
Retificação de documentos resgata ancestralidade de assistido indígena	
Alívio	38
Atuação concentrada permite liberdade de mulher em situação de pobreza	
Renascimento	40
Bebê nascido em casa conquista direito a primeira documentação	

Moradia	44
Retorno à imóvel onde construíram sua vida, preserva dignidade a casal de idosos	
Dignidade	48
Ação sobre a superlotação em presídio abre discussão na defesa por direitos	
Responsabilidade	52
Empresa de pai é condenada por dívida de pensão alimentícia	
Afeto	56
Reconhecimento de multiparentalidade valida história de família	
Atuação nos Tribunais	62
Ação emblemática da DPE assegura reabertura de unidades de saúde mental em Goiânia	
Recomeço	66
Em decisão inédita, DPE-GO conquista aluguel social para pessoa em situação de rua há 5 anos	
Autonomia	72
Garantia de pensão alimentícia como medida protetiva fortalece proteção de mulheres	
Recomeço	78
Em decisão inédita, DPE-GO conquista aluguel social para pessoa em situação de rua há 5 anos	
Liberdade	86
Após meses de prisão indevida, indulto permite volta de mãe para casa	
Vulnerabilidade	94
Defesa técnica liberta homem em situação de rua preso com um grama de entorpecente	
Linha do tempo	108



pre fácio CÍO

Por meio da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), os pais da menina S. G. O. conseguiram na justiça autorização para registrar a filha, **gerada em barriga de aluguel**. Diante da impossibilidade de engravidar, o casal recorreu à tia da criança que se disponibilizou a gerar o bebê.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente.

O casal procurou a **Defensoria Pública** que ajuizou ação solicitando que o nome da mãe e do pai biológicos constassem no registro de nascimento da criança. Após a manifestação da tia no processo, que reiterou o **caráter voluntário e altruísta de doar o útero à cunhada** para que gerassem seu filho biológico, a juíza Vânia Jorge da Silva, da 6ª Vara de Família Sucessões e Cível, deferiu o pedido do casal.

Comunicada pela DPE-GO da sentença favorável, a mãe da criança recebeu a notícia com alívio e muita emoção. “*Eu não acredito que tudo foi resolvido. Estou muito feliz por agora poder registrar minha filha em meu nome*”, disse a mãe emocionada. A partir da sentença, a Defensoria solicitará a emissão do alvará que será entregue aos pais da criança. Os nomes dos pais e criança não foram divulgados, pois o processo corre em segredo de justiça.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente.

Por meio da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), os pais da menina S. G. O. conseguiram na justiça autorização para registrar a filha, **gerada em barriga de aluguel**. Diante da impossibilidade de engravidar, o casal recorreu à tia da criança que se disponibilizou a gerar o bebê.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente. Por meio da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), os pais da menina S. G. O. conseguiram na justiça autorização para registrar a filha, **gerada em barriga de aluguel**. Diante da impossibilidade de engravidar, o casal recorreu à tia da criança que se disponibilizou a gerar o bebê.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente.

O casal procurou a **Defensoria Pública** que ajuizou ação solicitando que o nome da mãe e do pai biológicos constassem no registro de nascimento da criança. Após a manifestação da tia no processo, que reiterou o **caráter voluntário e altruísta de doar o útero à cunhada** para que gerassem seu filho biológico, a juíza Vânia Jorge da Silva, da 6ª Vara de Família Sucessões e Cível, deferiu o pedido do casal.

Comunicada pela DPE-GO da sentença favorável, a mãe da criança recebeu a notícia com alívio e muita emoção. “*Eu não acredito que tudo foi resolvido. Estou muito feliz por agora poder registrar minha filha em meu nome*”, disse a mãe emocionada. A partir da sentença, a Defensoria solicitará a emissão do alvará que será entregue aos pais da criança. Os nomes dos pais e criança não foram divulgados, pois o processo corre em segredo de justiça.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente.

Por meio da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), os pais da menina S. G. O. conseguiram na justiça autorização para registrar a filha, **gerada em barriga de aluguel**. Diante da impossibilidade de engravidar, o casal recorreu à tia da criança que se disponibilizou a gerar o bebê.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente. Por meio da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), os pais da menina S. G. O. conseguiram na justiça autorização para registrar a filha, **gerada em barriga de aluguel**. Diante da impossibilidade de engravidar, o casal recorreu à tia da criança que se disponibilizou a gerar o bebê.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente.

O casal procurou a **Defensoria Pública** que ajuizou ação solicitando que o nome da mãe e do pai biológicos constassem no registro de nascimento da criança. Após a manifestação da tia no processo, que reiterou o **caráter voluntário e altruísta de doar o útero à cunhada** para que gerassem seu filho biológico, a juíza Vânia Jorge da Silva, da 6ª Vara de Família Sucessões e Cível, deferiu o pedido do casal.

apre sen ta ção

Por meio da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), os pais da menina S. G. O. conseguiram na justiça autorização para registrar a filha, **gerada em barriga de aluguel**. Diante da impossibilidade de engravidar, o casal recorreu à tia da criança que se disponibilizou a gerar o bebê.

Com o sonho de ser mãe realizado, a família se deparou com a dificuldade de registrar a menina no nome dos pais biológicos já que na certidão de nascido vivo, fornecida pelo hospital onde o parto foi realizado, consta o nome da tia como parturiente.

O casal procurou a **Defensoria Pública** que ajuizou ação solicitando que o nome da mãe e do pai biológicos constassem no registro de nascimento da criança. Após a manifestação da tia no processo, que reiterou o **caráter voluntário e altruísta de doar o útero à cunhada** para que gerassem seu filho biológico, a juíza Vânia Jorge da Silva, da 6ª Vara de Família Sucessões e Cível, deferiu o pedido do casal.

Comunicada pela DPE-GO da sentença favorável, a mãe da criança recebeu a notícia com alívio e muita emoção. “*Eu não acredito que tudo foi resolvido. Estou muito feliz por agora poder registrar minha filha em meu nome*”, disse a mãe emocionada. A partir da sentença, a Defensoria solicitará a emissão do alvará que será entregue aos pais da criança. Os nomes dos pais e criança não foram divulgados, pois o processo corre em segredo de justiça.

convívio

convívio

*Ação emblemática
da DPE assegura
reabertura de
unidades de saúde
mental em Goiânia*

Texto:
Amanda Costa

O caminhão estava parado em frente ao Centro de Convivência Cuca Fresca enquanto móveis e equipamentos eram retirados. Inquietos com o fato, os usuários da rede de saúde mental de Goiânia procuraram a Defensoria Pública, na área de saúde. Logo, o que era suspeita se confirmou. O espaço, onde antes se sustentava o cuidado, de um dia para o outro estava próximo do fim.

Diante dos relatos, a defensora pública Michelle Bitta Alencar de Sousa e o então defensor público Victor Lázaro Ulhoa de Moraes foram até o local. O que encontraram não deixou margem para dúvida. “Constatamos que tudo que era necessário para prestação do serviço estava sendo retirado e não havia previsão de realocação do atendimento da população”, rememora Michelle, hoje integrante do Núcleo de Defensorias Públicas Especializadas de Saúde da Capital.

A cena revelava uma ruptura ainda mais profunda: a interrupção de uma rede de 12 unidades de saúde mental vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, que atendia diversas pessoas com transtornos mentais. Era preciso agir com urgência. Portanto, em outubro de 2016, os defensores ajuizaram uma ação civil pública contra o Município para impedir a suspensão dos serviços de saúde mental.

A liminar veio no dia seguinte, determinando a retomada do atendimento. Mas a realidade era outra. “O que mais me marcou foi a resiliência das pessoas com transtorno mental”, conta Michelle. Sem os serviços,

muitos usuários perderam não apenas acompanhamento clínico, mas vínculos, rotina e suporte. “Foi um processo muito doloroso. Recebemos cartas de familiares relatando a degradação dos pacientes”.

O processo seguiu e a atuação dos defensores permaneceu firme. “Como defensores públicos, não desistimos diante de um grande obstáculo. A gente se fortalece e continua lutando”. A persistência se traduziu em novas medidas, como a celebração de um termo de ajuste de conduta para a reabertura do Cuca Fresca e da Unidade de Acolhimento Transitório Infante-Juvenil, também desativada.

Após descumprimentos, que culminaram em bloqueios judiciais, em 24 de novembro de 2017, as unidades foram reabertas. “Eu me lembro muito bem do dia que eu fui fazer a vistoria. Estavam reformadas e com diversos outros serviços. Ali, vi que uma atuação da Defensoria poderia sim concretizar uma política pública”, diz Michelle. Mais do que a reabertura de um prédio, tratava-se da restituição da dignidade de pessoas já atravessadas por vulnerabilidades.

Anos mais tarde, em 2020, a sentença confirmaria a obrigação do Município em manter os serviços, consolidando juridicamente uma luta histórica. “O caso é simbólico. Espaços que possibilitem a convivência social são exatamente o que prevê a Lei Antimanicomial”. Desde então, o Centro de Convivência Cuca Fresca e as demais unidades de saúde mental se reafirmam, cotidianamente, como espaços de resistência e, sobretudo, de existência.



CENTRO DE CONVIVÊNCIA

CUCA FRESCA

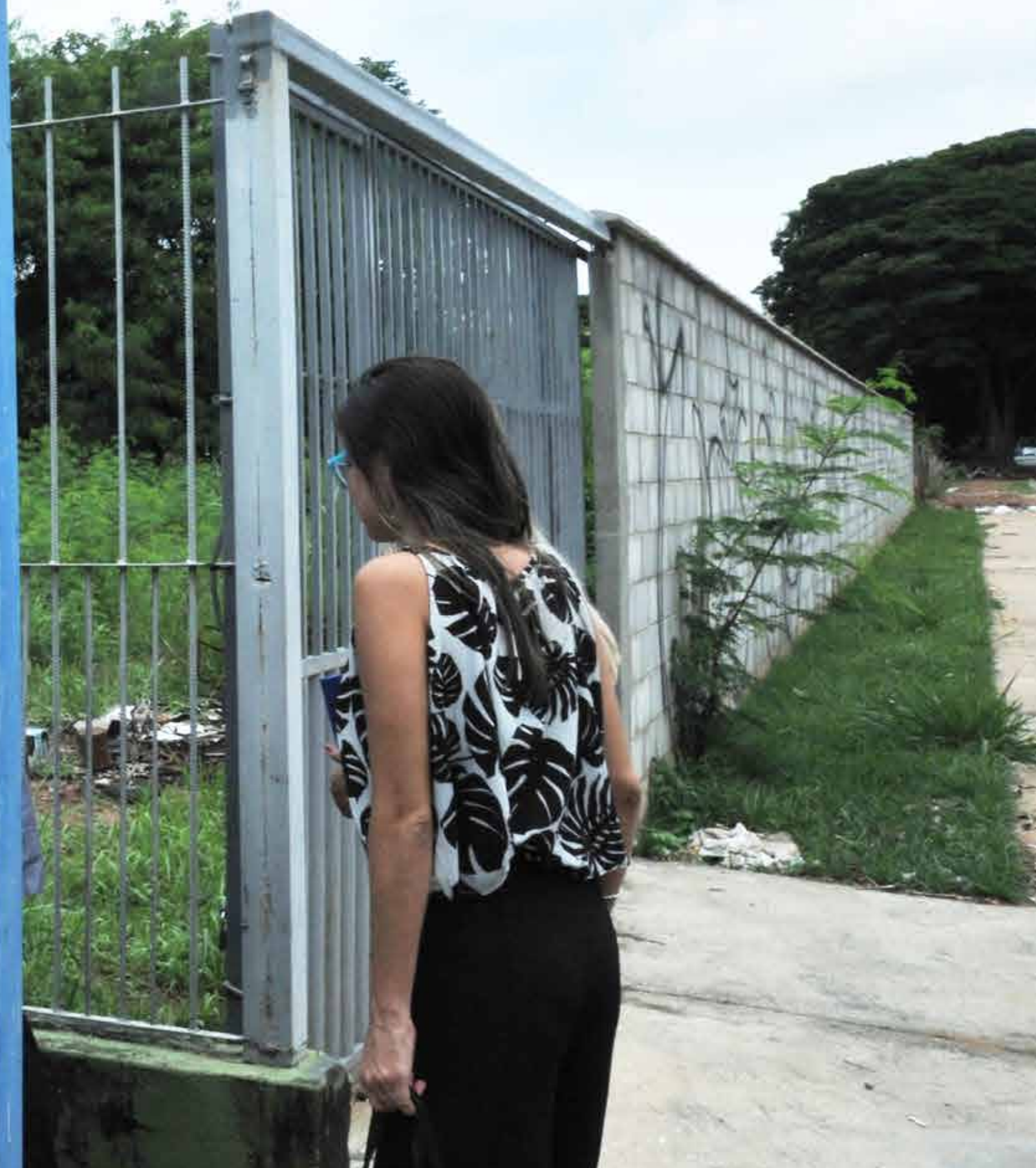
SECRETARIA MUNICIPAL

DE SAÚDE

Prefeitura
Goiânia
O Trabalho que muda a vida

Ministério
da Saúde

GOVERNOS
BRASIL
SAÚDE PARA TODOS



esperança

Texto:
Solange Araújo

esperança

*Após quase dez
anos de atuação,
Defensoria
concretiza acordo
para posse
de aprovados
em concurso*

A história começou com um pedido que, à primeira vista, parecia isolado. Em 2016, um candidato aprovado no concurso da Universidade Estadual de Goiás (UEG) procurou a Defensoria Pública do Estado de Goiás em busca do direito de tomar posse no cargo para o qual havia sido aprovado. Ao analisar o caso, porém, a defensora pública Ana Carolina Leal de Oliveira percebeu que a situação não era única. Outros aprovados no cadastro de reserva aguardavam a mesma oportunidade.

A DPE-GO ingressou com uma ação que atravessou anos de tramitação judicial até culminar, uma década depois, em um acordo, contando com a atuação do defensor público Cleyton Rodrigues Barbosa e Larissa Pinheiro Pacífico, ambos em auxílio à 2ª Defensoria Pública Especializada Processual Cível da Capital. Em fevereiro de 2026, a Instituição e a UEG assinaram o documento para nomear 118 candidatos aprovados no concurso.

“Quando o assistido me procurou, eu fiz a ação individual dele e, em paralelo, fiz a ação coletiva”, conta Ana Carolina, à época lotada no Núcleo de Defensorias Públicas Especializadas de Atendimento Inicial da Capital. “A dificuldade de toda ação coletiva é você ganhar e não levar. Você ganha o julgamento, mas quem perdeu demora para cumprir a determinação judicial”.

Ela explica que, como nesse caso era necessário demitir todos os contratados temporários para efetivar os aprovados, foi gerada uma burocracia interna maior para o cumprimento. “Por isso a ação se estendeu por longos anos, sendo concluída com o acordo, dez anos depois”, disse. “Então, o maior desafio é esse, conseguir a sentença favorável e ficar preso nos entraves burocráticos da parte perdedora”.

Ana Carolina também destaca o valor de ter identificado a possibilidade de um processo coletivo. “Eu poderia muito bem ter tido um raciocínio curto, de só atender individualmente quem nos procurou. Fico muito feliz por isso, mas entendo que não fiz mais que minha obrigação”, relata a defensora.

Humanização

Larissa Pacífico passou a atuar na ação quando iniciaram as conversas para o acordo entre os dois órgãos. O trabalho exigiu uma rotina intensa e altamente técnica.

“Foi um processo coletivo complexo, com grande volume de documentos, planilhas de nomeação, listas de candidatos e manifestações sucessivas do Estado de Goiás e da UEG”, relata. “Foi necessário conciliar a análise minuciosa dos dados com as demais atribuições do gabinete”. A defensora conta que o que mais a marcou foi a dimensão humana. “Embora estivéssemos lidando com números elevados, centenas de candidatos e dezenas de municípios, cada nome representava uma história individual, uma expectativa legítima construída ao longo de anos”, explica.

Para Larissa, o caso também evidenciou a importância da atuação coletiva da DPE-GO. “Profissionalmente, foi um caso desafiador pela comple-

xidade técnica e pela resistência enfrentada. Pessoalmente, foi interessante perceber a confiança que os assistidos e as assistidas depositaram na DPE e o quanto essa atuação coletiva pôde transformar realidades. A persistência institucional, mesmo diante das dificuldades, mostrou a importância de uma atuação firme e estratégica na defesa de direitos fundamentais”.

Embora longo, para Ana Carolina o processo reflete em uma perspectiva de futuro. “Temos sempre que pensar no futuro. Uma ação hoje serve de precedente amanhã, tanto para evitar que as irregularidades sejam repetidas, quanto para facilitar a efetivação de direitos futuros”.

Ao refletir sobre a trajetória do processo, a defensora cita Ariano Suassuna, que se definia como um realista esperançoso. “Nós, que somos operadores do direito, vemos a realidade e sabemos que, muitas vezes, é difícil mudá-la. Mas somos esperançosos. Não deixamos de correr atrás, de fazer tudo possível para efetivar direitos. E eu acho que essa ação mostra isso. Foi num tempo bem longo, mas no final deu tudo certo”.



vínculo

vínculo

*Adoção de
irmãos*

Texto:
Solange Araújo

“Quando o assistido me procurou, eu fiz a ação individual dele e, em paralelo, fiz a ação coletiva”, conta Ana Carolina, à época lotada no Núcleo de Defensorias Públicas Especializadas de Atendimento Inicial da Capital. “A dificuldade de toda ação coletiva é você ganhar e não levar. Você ganha o julgamento, mas quem perdeu demora para cumprir a determinação judicial”.

Ela explica que, como nesse caso era necessário demitir todos os contratados temporários para efetivar os aprovados, foi gerada uma burocracia interna maior para o cumprimento. “Por isso a ação se estendeu por longos anos, sendo concluída com o acordo, dez anos depois”, disse. “Então, o maior desafio é esse, conseguir a sentença favorável e ficar preso nos entraves burocráticos da parte perdedora”.

Ana Carolina também destaca o valor de ter identificado a possibilidade de um processo coletivo. “Eu poderia muito bem ter tido um raciocínio curto, de só atender individualmente quem nos procurou. Fico muito feliz por isso, mas entendo que não fiz mais que minha obrigação”, relata a defensora.

Humanização

Larissa Pacífico passou a atuar na ação quando iniciaram as conversas para o acordo entre os dois órgãos. O trabalho exigiu uma rotina intensa e altamente técnica.

“Foi um processo coletivo complexo, com grande volume de documentos, planilhas de nomeação, listas de candidatos e manifestações sucessivas do Estado de Goiás e da UEG”, relata. “Foi necessário conciliar a análise minuciosa dos dados com as demais atribuições do gabinete”. A defensora conta que o que mais a marcou foi a dimensão humana. “Embora estivéssemos lidando com números elevados, centenas de candidatos e dezenas de municípios, cada nome representava uma história individual, uma expectativa legítima construída ao longo de anos”, explica.

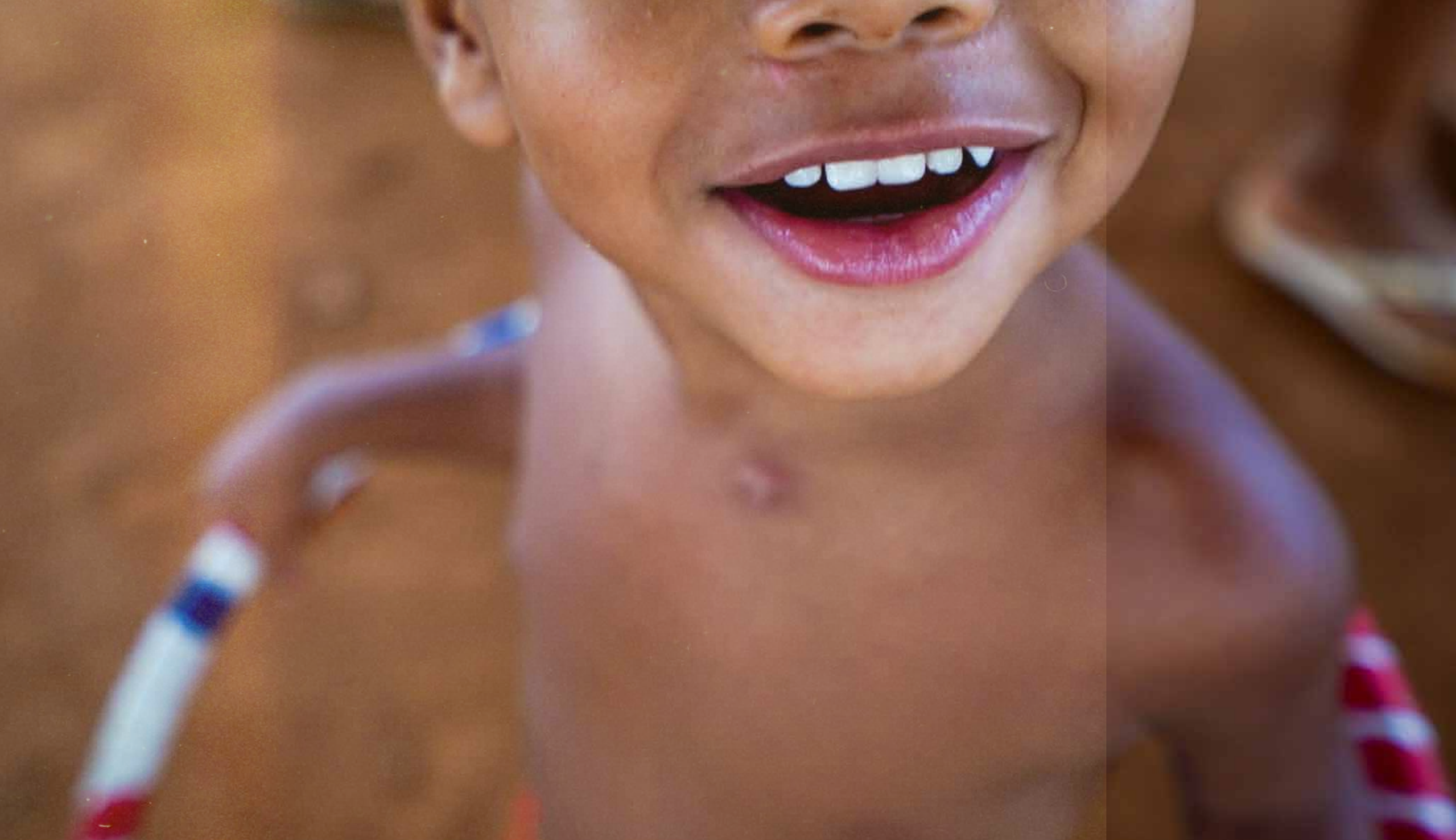
Para Larissa, o caso também evidenciou a importância da atuação coletiva da DPE-GO. “Profissionalmente, foi um caso desafiador pela comple-

xidade técnica e pela resistência enfrentada. Pessoalmente, foi interessante perceber a confiança que os assistidos e as assistidas depositaram na DPE e o quanto essa atuação coletiva pôde transformar realidades. A persistência institucional, mesmo diante das dificuldades, mostrou a importância de uma atuação firme e estratégica na defesa de direitos fundamentais”.

Embora longo, para Ana Carolina o processo reflete em uma perspectiva de futuro. “Temos sempre que pensar no futuro. Uma ação hoje serve de precedente amanhã, tanto para evitar que as irregularidades sejam repetidas, quanto para facilitar a efetivação de direitos futuros”.

Ao refletir sobre a trajetória do processo, a defensora cita Ariano Suassuna, que se definia como um realista esperançoso. “Nós, que somos operadores do direito, vemos a realidade e sabemos que, muitas vezes, é difícil mudá-la. Mas somos esperançosos. Não deixamos de correr atrás, de fazer tudo possível para efetivar direitos. E eu acho que essa ação mostra isso. Foi num tempo bem longo, mas no final deu tudo certo”. Ela explica que, como nesse caso era necessário demitir todos os contratados temporários para efetivar os aprovados, foi gerada uma burocracia interna maior para o cumprimento. “Por isso a ação se estendeu por longos anos, sendo concluída com o acordo, dez anos depois”, disse. “Então, o maior desafio é esse, conseguir a sentença favorável e ficar preso nos entraves burocráticos da parte perdedora”.

Ana Carolina também destaca o valor de ter identificado a possibilidade de um processo coletivo. “Eu poderia muito bem ter tido um raciocínio curto, de só atender individualmente quem nos procurou. Fico muito feliz por isso, mas entendo que não fiz mais que minha obrigação”, relata a defensora. Ela explica que, como nesse caso era necessário demitir todos os contratados temporários para efetivar os aprovados, foi gerada uma burocracia interna maior para o cumprimento. “Por isso a ação se estendeu por longos anos, sendo concluída com o acordo, dez anos depois”, disse. “Então, o maior desafio é esse, conseguir a sentença favorável e ficar preso nos entraves burocráticos da parte perdedora”.



proteção

*Atuação da DPE
na pandemia
garante circulação
de ônibus*

proteção

Texto:
Amanda Costa

Março de 2020 tinha um silêncio estranho. As ruas começaram a esvaziar, portas a se fechar, e o país aprendia, aos poucos, a enfrentar uma pandemia. Na DPE-GO, o defensor público Tiago Bicalho sentiu as mudanças de forma abrupta. A rotina, o trabalho e até a maneira de olhar o mundo haviam se transformado.

Os atendimentos passaram a acontecer pelo computador. “Atender o nosso público, formado em grande parte por pessoas em situação de elevada vulnerabilidade, por meios exclusivamente digitais, representou um enorme desafio”, expressa.

Enquanto uma parte da sociedade se recolhia em casa, a outra seguia em movimento. Trabalhadores da limpeza urbana, atendentes de farmácia, profissionais da saúde e tantos outros. Para todos eles, o transporte coletivo não era escolha. E o risco de contaminação era iminente.

Na noite de 17 de março, notícias divulgaram que a frota de ônibus na região metropolitana havia sido reduzida. Segundo Tiago, “ficou claro que o transporte público não poderia simplesmente reduzir sua operação sem considerar os impactos para quem depende dele diariamente”. Concluiu que o Direito precisaria dialogar diretamente com a realidade social e sanitária.

No dia seguinte, a DPE expediu recomendação para o restabelecimento imediato do serviço. Sem resposta, uma Ação Civil Pública foi protocolada no dia 19. “Foi necessário agir com muita rapidez”, lembra. Tudo acontecia depressa demais. “As decisões precisavam ser tomadas em questão de horas”, lembra.

A primeira ação buscava impedir a redução da frota e evitar aglomerações. A segunda, em abril, enfrentaria um problema menos visível, mas igualmente grave. As ferramentas que permitiam acompanhar, em tempo real, a circulação dos ônibus haviam sido retiradas do ar. Sem informação, milhares de pessoas ficaram mais vulneráveis.

“Foi um processo intenso e complexo. A atuação começou com recomendações administrativas, seguiu com a coleta de dados sobre a operação do transporte, produção de provas e um longo debate jurídico com as empresas e o poder público sobre a qualidade e a transparência do serviço prestado à população”.

Ao longo dos anos seguintes vieram decisões liminares, defesas e recursos. Por fim, em 2025, o Poder Judiciário reconheceu a falha na prestação do serviço, determinou medidas de transparência e condenou os responsáveis por danos morais coletivos.

Para Tiago o significado daquela atuação ultrapassa as páginas do processo. “A pandemia expôs, de forma dolorosa, as desigualdades que atravessam o país. Ver, ao final, o acolhimento dos pedidos para garantir um transporte digno e com transparência de dados trouxe uma profunda sensação de dever cumprido. Essa experiência também demonstra como a Defensoria Pública, ao longo destes 15 anos, consolidou-se como um verdadeiro anteparo contra abusos, garantindo que direitos sejam respeitados e que as violações sejam adequadamente punidas”.



sobrevivência

*Em meio à
pandemia, tese
jurídica iniciada
na Defensoria
possibilita
subsistência de
filhos*

Texto:
Gustavo Burns

No início de 2020, o mundo desacelerou diante da rápida disseminação da Covid-19. Para muitas famílias, a pandemia trouxe a perda de renda e, assim, o agravamento de vulnerabilidades já existentes. Em meio às restrições sanitárias, o acesso aos direitos também se tornou mais difícil.

“A rotina durante esse período foi marcada por um volume massivo de demandas e pela urgência imposta pela Covid-19”, lembra o defensor público Marcelo Florêncio de Barros, na época em substituição na 8ª Defensoria Pública Especializada de Família e Sucessões. Foi nesse cenário que o caso de Ana* chegou até ele. Mãe de três crianças, ela buscava o pagamento da pensão alimentícia pelo pai, que, na época, recebia o auxílio emergencial fornecido pelo governo.

A disparidade entre o valor recebido e o destinado aos filhos foi o que chamou a atenção de Marcelo. “Ele já havia recebido cerca de R\$ 1.800 de auxílio emergencial, mas destinou apenas R\$ 200 para o sustento dos três filhos”, narra.

“Em um cenário de pandemia, onde a vulnerabilidade alimentar foi acentuada, essa resistência era inaceitável. Me recordo que uma das angústias centrais da mãe era a dificuldade para manter o serviço de internet, essencial para que as crianças acompanhassem as aulas por vídeo”, enfatiza. “Ou seja, a inadimplência feria não apenas o direito à alimentação, mas também o acesso à educação, evidenciando um prejuízo multifacetado”.

Marcelo pontua que atuar no caso exigiu o enfrentamento de um formalismo processual que, naquele momento crítico, prejudicava diretamente as crianças, uma vez que as prisões civis eram realizadas na modalidade domiciliar. “Minha motivação foi garantir que a prioridade absoluta prevista na Constituição Federal não fosse apenas um texto abstrato, mas uma realidade prática que superasse barreiras burocráticas”, afirma.

A principal dificuldade foi contornar a regra da impenhorabilidade do auxílio emergencial. “Como o auxílio era, por vezes, a única fonte de renda do devedor, a estratégia foi requerer o arresto de 50% dire-

tamente na fonte, antes mesmo de ser intimado. O objetivo era evitar que o valor fosse integralmente sacado e gasto, deixando os filhos desamparados”.

Após ter o pedido julgado improcedente em primeiro grau, o defensor interpôs um agravo de instrumento aprovado por unanimidade no TJ-GO. Marcelo considera a vitória extremamente importante, tendo lhe marcado profissionalmente “ver uma tese amadurecida no seio da DPE ser acolhida por unanimidade e se tornar um precedente emblemático, aplicado até hoje”.

“Pessoalmente, me marcou muito garantir que, em plena pandemia, o sistema de justiça servisse como o verdadeiro instrumento de efetivação dos direitos fundamentais”, destaca.

A atuação foi fruto de um esforço conjunto. “Minha equipe demonstrou um comprometimento excepcional naquele período. Como as Unidades estavam fechadas, devido ao isolamento, todos os atendimentos e coletas de informações foram realizados por meio de ligações telefônica”, relembra.



amparo

amparo

*Família em luto
tem a chance
de registrar
paternidade*

Texto:
Solange Araújo

A experiência de acolher uma família em situação de luto é sempre marcante e exige uma postura de muita empatia do defensor público.

Em uma de suas atuações rotineiras, o coordenador do Núcleo de Defensorias Públicas Especializadas de Anápolis, defensor público Emerson Fernandes, viveu uma experiência singular ao conhecer a história de uma família que transformou a dor em resiliência.

“Aprendi com aqueles assistidos que é possível seguir de onde parou e tentar aproveitar a vida que ainda resta da melhor forma possível, mesmo depois de tantas adversidades”, afirma, ao lembrar do caso.

Em 25 de junho de 2021, em seu gabinete, Emerson recebia uma família em busca de resgatar sua dignidade. Ali, diante dele, estava uma adolescente que havia perdido a mãe há poucos meses e que, ainda lidando com a perda, reuniu forças em busca de amparo jurídico, pois ainda não era registrada pelo pai, que estava disposto a reconhecer a paternidade biológica.

“Tentei tornar mais leve o momento do luto da família, providenciando um direito básico de toda criança e adolescente, que é ter os dados dos pais nos documentos pessoais”, comenta.

Conhecer a história dos assistidos e se debruçar sobre o caso para que a situação fosse resolvida foi um dos momentos mais marcantes para o defensor público. “É sempre um desafio conhecer todas as dinâmicas pelas quais passam os assistidos”, reflete. “Ficamos sabendo dos detalhes do falecimento da mãe e de como a família estava lidando com esse acontecimento. Isso sempre nos emociona e, nesse caso, não foi diferente”.

Emerson, então, focou seu trabalho na identificação da necessidade da família. Reuniu todos os documentos necessários. Iniciou o processo judicial. E acompanhou seu trâmite.

Mesmo sendo uma ação judicial de reconhecimento de paternidade e retificação da certidão de nascimento com guarda unilateral, foram quatro anos para obter a sentença que garantiu dignidade à família.

“É muito gratificante saber que podemos contribuir para tornar a vida de alguém melhor, mesmo nas fases mais áridas da vida. Tive um sentimento de dever cumprido quando veio a decisão, mesmo depois de quatro anos”, disse.

Hoje, quase seis anos depois da atuação, Emerson relembra o que mais absorveu ao acompanhar a história de resiliência da família. “A Defensoria Pública, em várias situações, é a última porta que alguém bate. Então, uma das nossas missões é acolher as pessoas e tentar tornar mais leve a caminhada dos nossos assistidos, mesmo que seja em momentos bastante adversos”, encerra.

identidade

*Retificação de
documentos
resgata
ancestralidade de
assistido indígena*

Texto:
Solange Araújo

No dia 14 de dezembro de 2022, o defensor público Marco Túlio Félix Rosa se deparou com o caso de Pedro*, de 23 anos, um jovem indígena da etnia Tukano e integrante da aldeia Yauaretê, que buscou assistência jurídica do Núcleo Especializado de Direitos Humanos (NUDH) para retificar seu registro civil, visando à inclusão de seu nome e de sua etnia indígena.

A atuação em defesa dos direitos do assistido ficou marcada na carreira do defensor como um momento de reparação histórica e resgate da cidadania. “Ao constatar uma situação de violação, verificamos que o assistido estava impedido de exercer sua identidade plena devido a um registro civil incompleto. Sabemos a angústia que a ausência de reconhecimento identitário causa”, recorda. Na época, Marco Túlio atuava como coordenador do NUDH.

“O nome é o primeiro elemento da nossa dignidade”, afirma o defensor ao relembrar o impacto de ver que, enquanto o pai de Pedro possuía a identidade indígena, o filho havia sido “padronizado” pelo sistema.

Ao tomar ciência do caso, Marco Túlio e a equipe do NUDH identificaram a necessidade de ingressar com um pedido judicial para assegurar o direito garantido constitucionalmente, com o resgate de sua ancestralidade por meio da identificação indígena.

“Transcende o papel, abordando um contexto histórico de tentativa de apagamento, no qual muitos indígenas eram registrados com nomes não indígenas para ocultar a ancestralidade dos povos originários”, aponta.

A rotina de Marco Túlio transformou-se em um mergulho em normativas específicas e na busca por precedentes em outros tribunais para demonstrar que o pedido do indígena já era uma realidade reconhecida pelo Judiciário brasileiro.

Perceber que a ancestralidade dele foi suprimida no registro original gerou no defensor público um sentimento de urgência em utilizar a via judicial como ferramenta de reparação dos direitos da personalidade do

assistido. “É frustrante constatar que o Estado atua para ‘padronizar’ indivíduos, ignorando a pluralidade étnica do Brasil”, reflete.

Para o defensor, o impacto de saber que o nome de Pedro agora reflete quem ele é traz a certeza do dever cumprido. “O nome é a forma como nos vemos e como somos vistos. Cada petição dessa natureza é uma contribuição na construção de um país que respeite suas raízes originárias”, conclui Marco Túlio.

Para o atual coordenador do NUDH, defensor público Tairo Esperança, ações de retificação de nome para indígenas são cruciais para combater a discriminação racial e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

“O resgate da memória ancestral é muito importante e a ação de retificação de nome indígena é uma das formas que a Defensoria Pública pode atuar para garantir que essa memória esteja presente na nossa sociedade”, declara.

*O nome da assistida foi alterado para preservá-la.



alívio

alívio

*Atuação
concentrada
permite
liberdade de
mulher em
situação de
pobreza*

Texto:
Solange Araújo

Em 11 de abril de 2022, a DPE-GO realizava um mutirão de atendimentos jurídicos com o objetivo de ouvir todas as mulheres detidas na ala feminina da Casa de Prisão Provisória (CPP), em Aparecida de Goiânia. Dentro da unidade, defensoras e defensores públicos simbolizavam a esperança para muitas daquelas mulheres.

Cada defensora e defensor público recebeu um número determinado de casos no dia anterior ao mutirão para pesquisa e identificação de eventuais ilegalidades. Em suas mãos, o titular da 1ª Defensoria Pública Especializada Criminal da Capital, defensor público Leonardo César Luiz Stuz, tinha o caso de Maria*.

Ela havia sido presa em flagrante em 19 de fevereiro por posse ilegal de arma de fogo. O juiz, à época, entendeu que a prisão não era necessária e fixou medidas cautelares, inclusive fiança. No entanto, a mulher não possuía condições para pagá-la. “Na realidade, tratava-se de real criminalização da pobreza. Ela estava encarcerada há 51 dias exclusivamente por não ter condições de pagar uma fiança no valor de um salário mínimo”, relembra.

“Enquanto para alguns a quantia poderia ser tida como irrisória, para ela significava que ficaria encarcerada indefinidamente”, reflete o defensor. Além de todas as ilegalidades observadas, ao ser presa, a filha de 13 anos da mulher simplesmente foi deixada sozinha em casa.

Antes do primeiro encontro com a assistida, Leonardo César já havia identificado a ilegalidade e protocolado um pedido de liberdade (Habeas Corpus) no dia anterior ao mutirão. Mas, ainda sem a decisão, não podia garantir que ela haveria a soltura.

Mesmo sem uma resposta positiva, o defensor público conta que a reação da assistida não foi de cobrança, mas de gratidão pelo acolhimento. Ali, sentada diante dele, Maria deixou de ser uma estatística. “Ela se sentiu observada e acolhida. Antes, acreditava que havia sido simplesmente esquecida no cárcere”, recorda.

A garantia da liberação veio logo no dia seguinte ao mutirão. A assistida poderia retornar ao seu lar e tentar reconstruir sua dignidade junto à filha.

Para Leonardo César, a sentença veio acompanhada do sentimento de alívio e orgulho. “Atuar na garantia da liberdade daquela assistida só reforçou os motivos que me levaram a ser defensor público”, disse. “Presenciar um grupo enorme de membros, servidores, assessores e estagiários atuando com o propósito de garantir que ninguém seja esquecido no cárcere é extremamente gratificante”, declara.

“A atuação diária na área criminal é, por vezes, frustrante. Você se sente como uma voz isolada”, confessa ele. “Todavia, situações como a da assistida nos lembram a importância de continuar lutando. O impacto de nossas atuações na vida das pessoas é profundo”, finaliza.

*O nome da assistida foi alterado para preservá-la.



renas

cimen

renascimento

*Bebê nascido em
casa conquista
direito a primeira
documentação*

Texto:
Amanda Costa

No colo da mãe, Miguel dormia alheio ao que se passava ao redor. Tinha apenas 12 dias de vida quando sua família, acompanhada pela defensora pública Débora Vidal, compareceu ao cartório de Trindade para receber o documento que, enfim, comprovaria sua existência: a certidão de nascimento. “Miguel Sales de Abreu”, leu Débora, em voz alta. “É como se nascesse hoje, né, Rafaela?”, disse à mãe, com um sorriso que traduzia o reconhecimento de um direito fundamental.

Para a defensora pública, aquela cena do dia 03 de março de 2023 guardava um significado que ultrapassa a vitória judicial. “Foi uma sensação de grande conquista. Não apenas uma vitória jurídica, mas a garantia do primeiro ato de cidadania do Miguel”, recorda.

O menino nasceu em 18 de fevereiro, um sábado de carnaval, em casa, cercado de cuidado. O parto, porém, aconteceu antes da data prevista e esbarrou em uma barreira inesperada: a negativa de emissão da Declaração de Nascido Vivo (DNV), necessária para o registro civil.

Segundo a legislação municipal, o requerimento do documento para partos domiciliares deve ser feito com 20 dias de antecedência. “Só que a criança existia. Nasceu em casa e teve o acompanhamento de profissionais”, explicou Débora. Apesar das tentativas de solução extrajudicial, o impasse persistiu. “Então nós precisávamos conseguir uma determinação para que o Município fizesse a emissão da DNV”, conta.

Foi assim que, por meio da 1ª Defensoria Pública Especializada de Infância e Juventude de Trindade, a defensora ingressou na Justiça com um mandado de segurança dez dias após o nascimento, e enfatizou a prioridade absoluta do registro civil. “Um recém-nascido não pode esperar a engrenagem administrativa se ajustar. Cada dia sem documento é um dia sem acesso pleno à saúde e à cidadania”.

A resposta veio rapidamente. No dia 1º de março, uma liminar determinou a emissão imediata da declaração. “Com a decisão em mãos, avisamos a família e fomos juntos ao cartório para acompanhar o registro, o que foi muito emocionante”, relembra. Em uma sala cheia, de pessoas e expectativa, a assinatura da tabeliã concretizou a existência da criança.

“Foi a partir dessa história que outros casos de registro tardio de nascimento chegaram até mim, principalmente de crianças”. Para Débora, cada um deles reforça o sentido mais profundo de sua atuação enquanto defensora pública. Como naquela manhã no cartório, caminha, todos os dias, lado a lado das famílias, sendo parte da construção de histórias com direitos garantidos.

moradia

*Retorno à imóvel
onde construíram
sua vida, preserva
dignidade a casal
de idosos*

Texto:
Solange Araújo

moradia

Para a titular da 1ª Defensoria Pública Especializada Cível de Aparecida de Goiânia, defensora pública Cláudia Nunes Troncoso Ribeiro, cada petição assinada é um compromisso com a dignidade humana e a promessa de que ninguém enfrentará o sistema sozinho.

“Muitas pessoas chegam à Defensoria depois de anos sem terem sido ouvidas pelo sistema de justiça. Ser defensora pública significa justamente garantir que essas histórias finalmente tenham espaço dentro do processo”, afirma.

Em 15 de agosto de 2023, o caso que chegou à sua mesa contava a história de Mercedes* e João*, um casal de idosos que, desde a década de 1990, possuía um lote urbano, onde ergueram sua residência e um pequeno comércio familiar que garantia o pão de cada dia. Mas uma decisão judicial em uma ação reivindicatória transformou suas vidas.

“Diante de mim estavam duas pessoas que dedicaram praticamente toda a vida à construção daquele espaço e que, de repente, viram tudo desaparecer sem sequer terem a oportunidade de se defender plenamente”, relembra.

Para Cláudia, essa situação reforça como falhas processuais podem gerar consequências humanas muito profundas. “Naquele momento ficou claro que o processo precisava finalmente ouvir a história daquelas pessoas”, apontou a defensora pública. O fato de que a assistida, que também exercia posse do imóvel, jamais havia sido citada na ação era um vício processual grave. Cláudia e sua equipe buscaram reconstruir a narrativa de posse do imóvel.

“Era um trabalho jurídico, mas também profundamente humano”, destaca. Além disso, Cláudia lidou com a preocupação com o tempo processual. Idoso, o assistido estava com a saúde debilitada. “Havia uma urgência si-



lenciosa: a necessidade de que ele pudesse ver a justiça ser restabelecida enquanto ainda estivesse presente para viver esse momento”, conclui.

Informar aos assistidos que eles poderiam retornar ao imóvel foi um dos momentos mais emocionantes de sua carreira. Ver o alívio e a emoção nos olhos do casal reafirmou o sentido de sua vocação.

“Ser defensora pública significa justamente garantir que essas histórias finalmente tenham espaço dentro do processo e que os direitos dessas pessoas sejam reconhecidos”, declara.

Hoje, após a garantia dos direitos aos assistidos, para a defensora, a maior lição é que cada processo carrega a identidade e a dignidade de uma família.

“Diante de nós está a história de uma família, décadas de trabalho e a própria identidade das pessoas. Nosso papel é garantir que essas histórias não sejam apagadas e que o acesso à justiça seja realmente efetivo”, pontua.

*O nome da assistida foi alterado para preservá-la.

dignidade

dignidade

*Ação sobre a
superlotação em
presídio abre
discussão na
defesa
por direitos*

Texto:
Amanda Costa

Para a titular da 1ª Defensoria Pública Especializada Cível de Aparecida de Goiânia, defensora pública Cláudia Nunes Troncoso Ribeiro, cada petição assinada é um compromisso com a dignidade humana e a promessa de que ninguém enfrentará o sistema sozinho.

“Muitas pessoas chegam à Defensoria depois de anos sem terem sido ouvidas pelo sistema de justiça. Ser defensora pública significa justamente garantir que essas histórias finalmente tenham espaço dentro do processo”, afirma.

Em 15 de agosto de 2023, o caso que chegou à sua mesa contava a história de Mercedes* e João*, um casal de idosos que, desde a década de 1990, possuía um lote urbano, onde ergueram sua residência e um pequeno comércio familiar que garantia o pão de cada dia. Mas uma decisão judicial em uma ação reivindicatória transformou suas vidas.

“Diante de mim estavam duas pessoas que dedicaram praticamente toda a vida à construção daquele espaço e que, de repente, viram tudo desaparecer sem sequer terem a oportunidade de se defender plenamente”, lembra.

Para Cláudia, essa situação reforça como falhas processuais podem gerar consequências humanas muito profundas. *“Naquele momento ficou claro que o processo precisava finalmente ouvir a história daquelas pessoas”,* apontou a defensora pública.

O fato de que a assistida, que também exercia posse do imóvel, jamais havia sido citada na ação era um vício processual grave. Cláudia e sua equipe buscaram reconstruir a narrativa de posse do imóvel.

“Era um trabalho jurídico, mas também profundamente humano”, destaca. Além disso, Cláudia lidou com a preocupação com o tempo processual. Idoso, o assistido estava com a saúde debilitada. *“Havia uma urgência silenciosa: a necessidade de que ele pudesse ver a justiça ser restabelecida enquanto ainda estivesse presente para viver esse momento”,* conclui.

Informar aos assistidos que eles poderiam retornar ao imóvel foi um dos momentos mais emocionantes de sua carreira. Ver o alívio e a emoção nos olhos do casal reafirmou o sentido de sua vocação.

“Ser defensora pública significa justamente garantir que essas histórias finalmente tenham espaço dentro do processo e que os direitos dessas pessoas sejam reconhecidos”, declara.

Hoje, após a garantia dos direitos aos assistidos, para a defensora, a maior lição é que cada processo carrega a identidade e a dignidade de uma família.

“Diante de nós está a história de uma família, décadas de trabalho e a própria identidade das pessoas. Nosso papel é garantir que essas histórias não sejam apagadas e que o acesso à justiça seja realmente efetivo”, pontua.





responsabilidade

responsabilidade

*Empresa de pai
é condenada
por dívida
de pensão
alimentícia*

Texto:
Amanda Costa

Páginas acumuladas, tentativas frustradas e uma ausência que se repetia mês a mês desde 2018. Era assim que um processo de pensão alimentícia se movia na Justiça, sem avançar. Foram seis anos de silêncio até que o dia em que a defensora pública Maria Eduarda Larcher assumiu o caso, em Luziânia, para garantir o direito de um menino de 11 anos.

A história havia começado antes mesmo da instalação da DPE na cidade, durante um atendimento itinerante. Com a presença permanente da Instituição, o processo foi encaminhado à defensora. “Entramos em contato com a mãe para saber se ela tinha algum contato atualizado do genitor ou sabia de alguma forma de que pudesse obrigá-lo ao pagamento da dívida”, recapitula.

O pai alegava ser apenas funcionário de empresas, evitando pagar a pensão. A investigação conduzida pela defensora e sua equipe, porém, apontava para outra direção: ostentações e bens registrados em nome de terceiros, principalmente da atual esposa, incluindo a pessoa jurídica.

Em fevereiro de 2024, foi protocolado um pedido de quebra de sigilo para análise das movimentações bancárias da empresa, além da penhora dos bens de sua companheira. “A principal dificuldade foi tentar chegar ao genitor, que estava sempre blindado atrás da pessoa jurídica, da esposa e de seus advogados”, conta Maria Eduarda.

Ao analisar o pedido, o juízo o recebeu como um incidente de desconsideração da personalidade jurídica, instrumento pouco comum no direito de família, mas que, naquele caso, poderia revelar o que insistia em permanecer oculto. Iniciou-se, então, uma fase de produção de provas.

Testemunhas, familiares e outro filho narraram um padrão. Um relacionamento começava, os bens passavam para o nome da companheira, os filhos nasciam, a separação chegava. Assim, a obrigação paterna ficava para trás. “Confirmamos que ele tinha um *modus operandi*”.

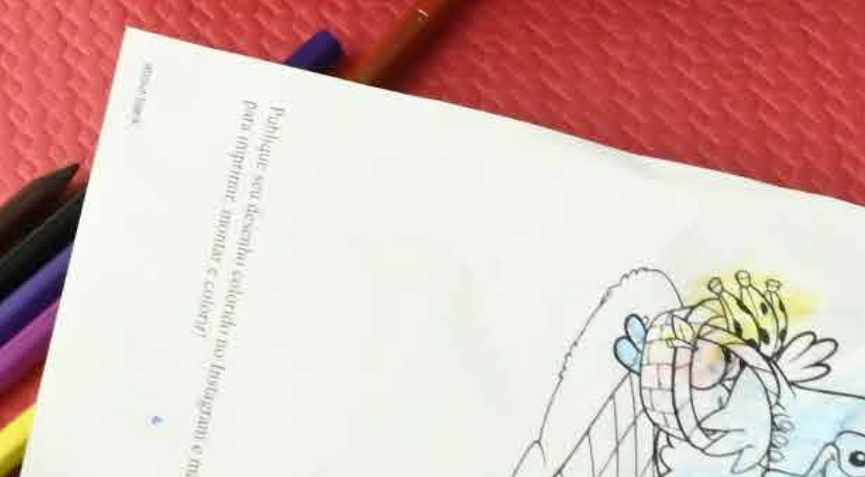
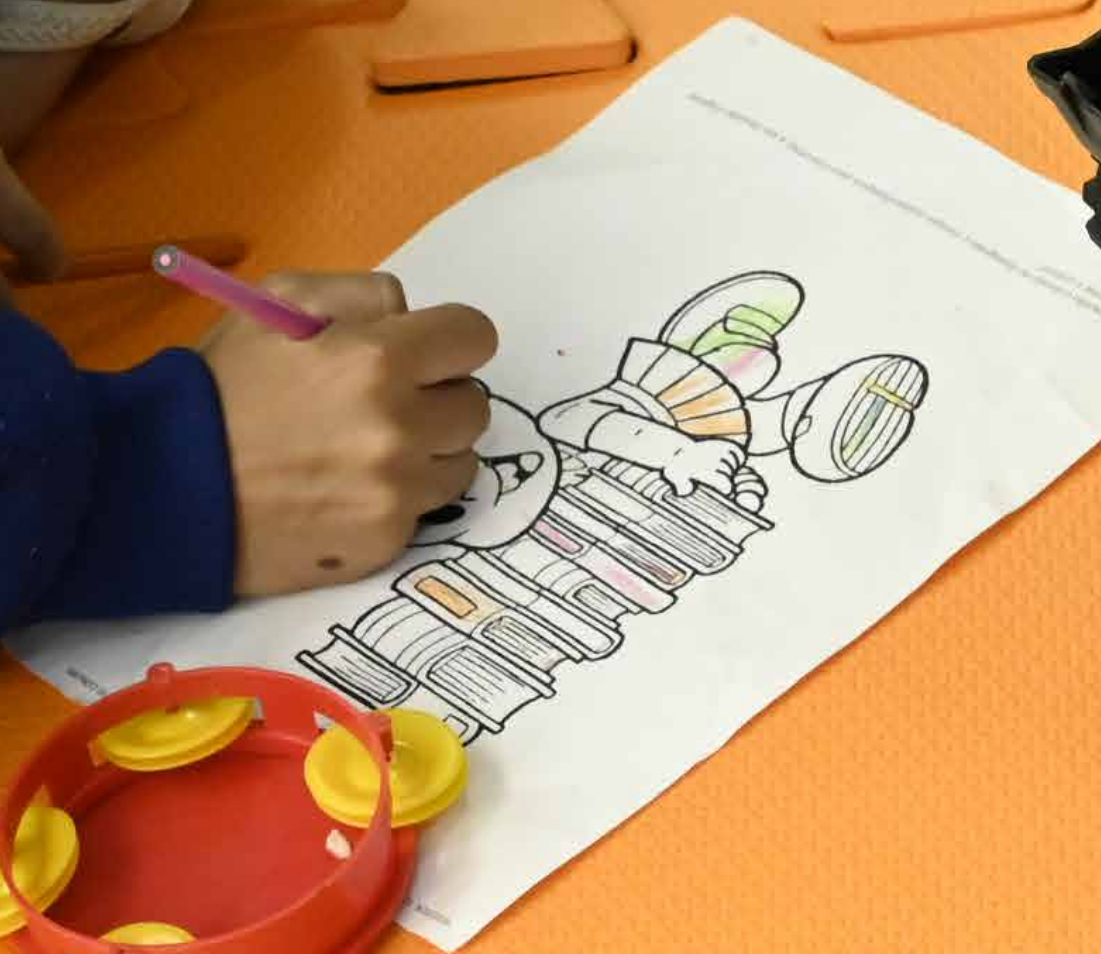
Segundo a defensora, o caso revelou algo pessoalmente difícil de lidar:

o esforço empenhado em evitar o sustento de um filho. “Percebi que ele não fazia isso apenas com o nosso assistido, mas como seus outros filhos também. Era realmente um comportamento reiterado”.

O desfecho veio em julho de 2025. “Após as audiências e alegações finais, o juiz entendeu que realmente havia uma utilização abusiva da pessoa jurídica e uma ocultação patrimonial, permitindo que bens e valores da empresa fossem utilizados para saldar a dívida”, explica.

A reação foi de alívio e surpresa. “Na área de família, muitas decisões são rasas, alheias às provas ou insuficientes para contornar problemas familiares. Fiquei feliz ao ver a teoria se tornando prática em uma comarca do interior, a partir da nossa atuação”.

Na avaliação de Maria Eduarda, o precedente criado foi essencial. “Para mim, mostrou como seria o caminho para percorrer em casos semelhantes. O conhecimento técnico foi usado como ferramenta para amenizar vulnerabilidades”.



afeto

afeto

*Reconhecimento de
multiparentalidade
valida história
de família*

Texto:
Solange Araújo

Ao se deparar com um caso de reconhecimento de multiparentalidade, o coordenador do Núcleo Especializado de Atuação Extrajudicial, defensor público Bruno Malta, percebeu que não estava apenas lidando com registros, mas com a validação de uma história de vida e existência de uma família.

O envolvimento com a história de vida dos assistidos foi profundo desde o Dia D do programa Meu Pai Tem Nome, em 16 de agosto de 2025. “Atuar nesse caso me atravessou”, confessa o defensor.

“O sorriso de uma família que agora tem sua identidade respeitada é o que dá sentido a toda a estrutura. É a prova de que a justiça pode, sim, ser feita de afeto!”. A família procurou a Defensoria Pública para dar nome e sobrenome ao desejo de Maria de ser, por direito, a mãe de Vinícius, sem apagar a importância dos pais biológicos e honrar a identidade do filho.

“Em nenhum momento os envolvidos tiveram dúvida sobre a existência dos vínculos de afeto que ali estavam sendo formalmente reconhecidos”, recorda o defensor público ao comentar sobre o caso.

Pouco tempo depois, o sonho da família começou a ser desenhado juridicamente pelo NAE. “Para o assistido e seus pais, cada dia sem o registro era um dia de invisibilidade, pois os documentos não refletiam exatamente a história deles. A justiça rápida e consensual protege a saúde emocional porque permite que a família foque no cuidado, na manutenção e no fortalecimento dos vínculos, não no processo”, aponta.

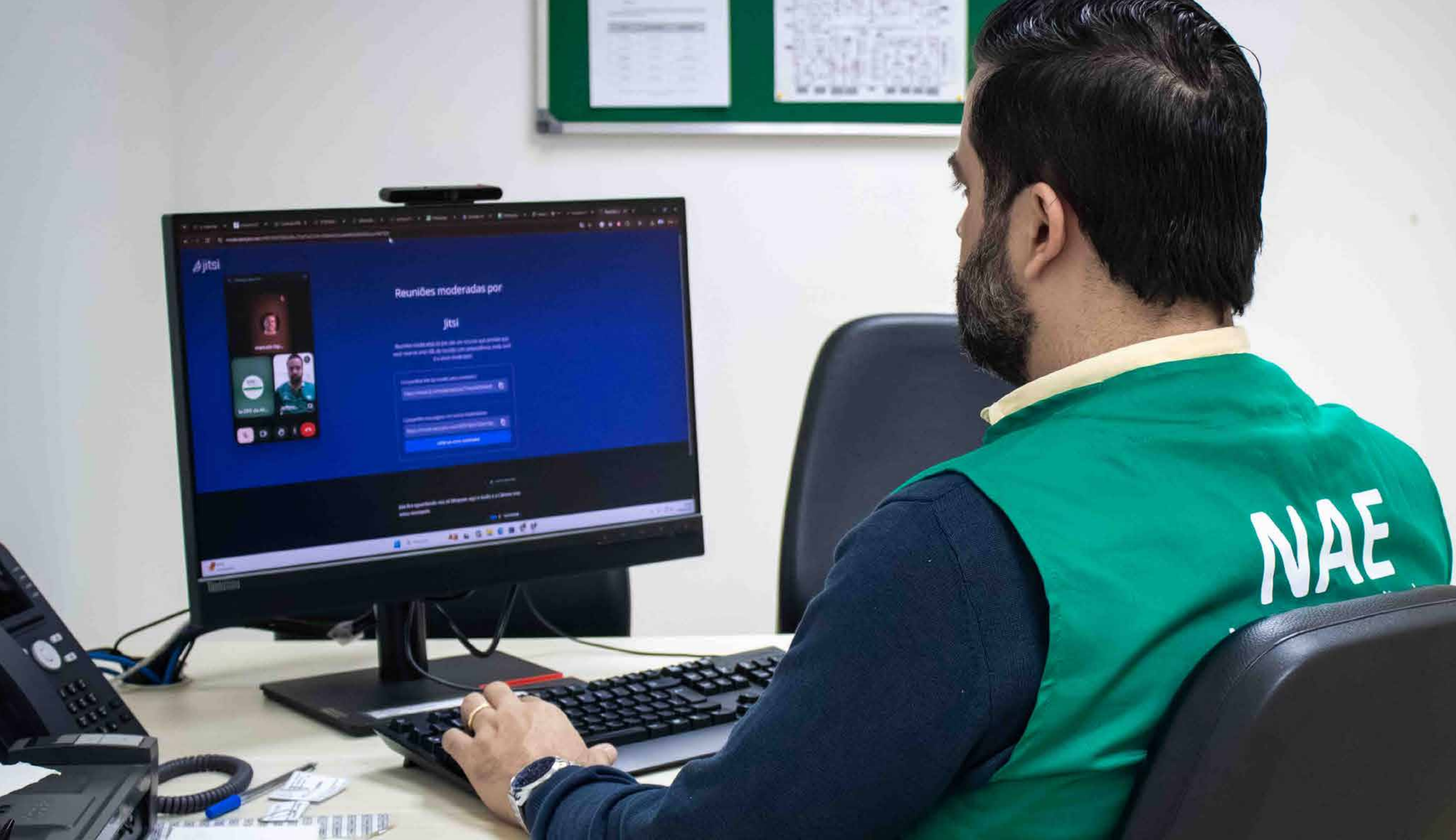
Cuidado

O desafio pessoal foi manter o foco total naquelas pessoas, garantindo que os pais biológicos não se sentissem substituídos, mas somados. A partir desse momento, a escuta junto com a atuação extrajudicial serviu como um porto seguro, permitindo que a família construísse um consenso genuíno através do diálogo.

“A mediação permite que as pessoas falem, que tenham voz ativa, chorem, se entendam e construam os próprios caminhos e soluções”, lembra Bruno Malta.

Em 12 de novembro de 2025, a sentença reconheceu a multiparentalidade. A justiça compreendeu que o amor não precisa excluir para existir, permitindo que Vinícius passasse a ter, oficialmente, o reconhecimento de seus quatro pais. Ali, diante de seus olhos, Bruno viu o Direito cumprir sua função de valorizar histórias de amor e de afeto.

“Este caso prova que o afeto não é excludente e que a justiça deve ser um suporte para essas novas configurações familiares, nunca um obstáculo. Por trás de cada processo há histórias de vida sendo contadas que devem ser protegidas”, conclui.



jitsi

Reuniões moderadas por

jitsi

Reuniões moderadas por jitsi

Reuniões moderadas por jitsi

NAE

• inocência •

inocência

*Busca ativa por
provas permite
absolvição
de acusados
injustamente*

Texto:
Solange Araújo

“Naquele momento, tive a certeza de estar diante de uma completa inversão de papéis. Eles eram as verdadeiras vítimas”, aponta o defensor público Francisco Fabiano Silveira Barros, titular da 2ª Defensoria Pública Especializada do Júri da Capital.

A declaração ocorre após se recordar da atuação em defesa de dois trabalhadores, acusados de tentativa de homicídio em um estabelecimento comercial após uma discussão por furto em 17 de junho de 2024. “Eram pessoas muito simples e humildes, sem histórico criminal. Estavam ameaçadas, pois não bastando a agressão, agora eram vítimas de perseguição jurídica pelo Estado”, afirmou.

Com essa inquietude e a negativa de um habeas corpus pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o defensor público decidiu que o gabinete era pequeno demais para a complexidade do caso. Deslocou-se pessoalmente até o local dos fatos. Queria entender a dinâmica da porta, o funcionamento do espaço e, acima de tudo, ouvir os trabalhadores que não haviam sido apresentados como testemunhas.

“Atuar na DPE do Júri é lidar diariamente com a desconstrução de estigmas”, observa. “Existe um senso comum de que quem senta no banco dos réus do júri é invariavelmente culpado, mas a realidade é diferente. Conflitos humanos são complexos, e casos de absolvição, ou de processos que nem chegam ao julgamento popular, são mais comuns do que se imagina”, afirma.

No local, o defensor público obteve informações que poderiam mudar o destino dos assistidos e do processo. “O proprietário trouxe valiosas informações e também me mostrou o instrumento com que os empregados agrediram os dois assistidos”,

nistério Público criminal para apuração da conduta dos agentes públicos envolvidos.

A atuação neste caso específico reafirmou, para Francisco Fabiano, a essência do seu papel como defensor público. “É gratificante!”. O empenho em sair do gabinete e buscar a verdade onde os fatos ocorreram garantiu que a justiça se tornasse uma realidade para aqueles dois homens.



persistência

persistência

*Fornecimento de
insumos para homecare*

Texto:
Solange Araújo



“Naquele momento, tive a certeza de estar diante de uma completa inversão de papéis. Eles eram as verdadeiras vítimas”, aponta o defensor público Francisco Fabiano Silveira Barros, titular da 2ª Defensoria Pública Especializada do Júri da Capital.

A declaração ocorre após se recordar da atuação em defesa de dois trabalhadores, acusados de tentativa de homicídio em um estabelecimento comercial após uma discussão por furto em 17 de junho de 2024. “Eram pessoas muito simples e humildes, sem histórico criminal. Estavam ameaçadas, pois não bastando a agressão, agora eram vítimas de perseguição jurídica pelo Estado”, afirmou.

Com essa inquietude e a negativa de um habeas corpus pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o defensor público decidiu que o gabinete era pequeno demais para a complexidade do caso. Deslocou-se pessoalmente até o local dos fatos. Queria entender a dinâmica da porta, o funcionamento do espaço e, acima de tudo, ouvir os trabalhadores que não haviam sido apresentados como testemunhas.

“Atuar na DPE do Júri é lidar diariamente com a desconstrução de estigmas”, observa. “Existe um senso comum de que quem senta no banco dos réus do júri é invariavelmente culpado, mas a realidade é diferente. Conflitos humanos são complexos, e casos de absolvição, ou de processos que nem chegam ao julgamento popular, são mais comuns do que se imagina”, afirma.

recomeço

*Em decisão
inédita, DPE-GO
conquista aluguel
social para pessoa em
situação de
rua há 5 anos*

recomeço

Texto:
Solange Araújo

Em 16 de outubro de 2024, os caminhos da titular da 1ª Defensoria Pública Especializada de Atendimento Inicial Cível de Valparaíso de Goiás, Ketlyn Chaves de Souza, e de João*, 59 anos, que vivia em situação de rua, cruzaram-se. Já era noite, quando durante um dos atendimentos do projeto Defensoria na Rua, a defensora pública localizou e acolheu o assistido por meio da escuta.

Ao se aproximar, seu colete verde da Defensoria Pública sinalizou como um ponto de esperança para aquele senhor. “O seu carrinho de material reciclado havia sido furtado e ele pediu ajuda da Defensoria Pública para superar a situação de ruas”, relembra Ketlyn. Foi assim que percebeu que ele precisava de intervenção institucional para romper o ciclo de exclusão.

Sem família, sem emprego e sem benefícios socioassistenciais, o assistido enfrentava a fome e a insegurança alimentar, realidades que a defensora testemunha de perto em suas atuações pela DPE-GO. “Garantir o aluguel social a uma pessoa que vive há cinco anos em meio às ruas, é um ato de justiça social e humanitária”, afirma.

“Em Valparaíso de Goiás, há lei municipal mas a interpretação é restrita. A DPE-GO precisou acionar o Judiciário, pois a via administrativa não foi exitosa”. Ademais, a defensora relembra que a decisão judicial “reconhece a dignidade intrínseca do indivíduo e oferece a oportunidade de um recomeço, de esperança e de inclusão na sociedade”, pontou a defensora na ação judicial que se tornaria histórica.

A Defensoria obteve a primeira decisão judicial favorável no estado de Goiás para a concessão de aluguel social a uma pessoa em situação de rua. A decisão reconheceu que a moradia é direito fundamental e que a concessão do benefício é medida essencial para assegurar a dignidade da pessoa.

“Mais do que uma vitória processual, foi a garantia de dignidade e segurança mínima para alguém que viveu anos em situação de extrema vulne-

rabilidade”, aponta.

Após a concessão judicial do aluguel social, os defensores públicos Pedro Mafra e Maria Eduarda Serejo também atuaram no caso. Os três realizam atendimentos mensais no CentroPop e acompanharam João de perto.

A defensora comenta que após conhecer obter a decisão de concessão do aluguel social, enfrentaram outra batalha: tiveram muita resistência com as imobiliárias. “Por preconceito, não queriam celebrar contrato de locação com uma pessoa em situação de rua”, recorda. A experiência de conduzir pautas de direitos humanos (por dois anos como subcoordenadora do Núcleo Especializado de Direitos Humanos), ensinou a ela que a Defensoria trabalha com vidas marcadas por violações de direitos.

Para a Keltyn, cada passo dado por João dentro de seu novo lar é a prova de que a escuta ativa nas ruas é a ferramenta mais poderosa de transformação social de pessoas em situação de rua.

*O nome da assistida foi alterado para preservá-la.



auto.
nomia

autonomia

*Garantia de pensão
alimentícia como
medida protetiva
fortalece proteção de
mulheres*

Texto:
Amanda Costa

Na memória da defensora pública Tatiana Maria Bronzato, uma imagem insiste em permanecer: a geladeira vazia de uma mulher vítima de violência doméstica, que já não tinha o que oferecer ao filho. Naquele agosto de 2023, a assistida chegou ao Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher (Nudem) para pedir a revogação das medidas protetivas contra seu agressor, diante da demora na análise do pedido de alimentos provisórios pela Justiça. A fome não podia esperar.

“Aquilo me impulsionou a continuar lutando até conseguir todos os precedentes favoráveis”, conta Tatiana, coordenadora do Nudem, que desde então passou a atuar de forma ainda mais incisiva em recursos ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na segunda instância. Buscava obter decisões capazes de transformar aquele desfecho.

A experiência acumulada pela defensora nos atendimentos diários revelou uma verdade recorrente: a dependência econômica como uma das principais engrenagens que mantêm o ciclo da violência. “Ter condição de sustentar os próprios filhos é com certeza um dos primeiros passos para a mulher conseguir romper de fato com esse cenário”, afirma.

Foi desse entendimento, nascido do contato direto e da escuta cuidadosa, que surgiu a insistência em defender algo previsto na própria Lei Maria da Penha: a fixação de alimentos provisórios como medida protetiva pelo próprio Juizado de Violência Doméstica de Familiar. Após repetidos recursos, a tese começou a ser acolhida pelo Tribunal.

Com os precedentes conquistados em segundo grau, o entendimento começou a se consolidar. Na prática, isso significou reduzir caminhos e evitar a revitimização. “A mulher não precisa percorrer por locais distintos para falar sobre a violência sofrida e a necessidade de alimentos. É menos exposição, menos necessidade de vivências traumáticas”, revela Tatiana.

Para a defensora, atender mulheres em situação de violência doméstica significa lembrar, todos os dias, que por trás de cada processo existe uma vida concreta. “Essa mulher não é apenas um papel. É uma pessoa de carne e osso, com filhos, com uma história inteira atravessada por abusos”.

Aos poucos, a memória da geladeira estampada em uma foto começa a dar lugar a outras realidades. “Apesar de ter surgido de demandas individuais, levadas uma a uma para o Tribunal, hoje podemos ver os contornos coletivos dessa conquista”, celebra. Respostas mais rápidas, decisões que reconheçam de imediato um direito fundamental. É nesse deslocamento que reside o sentido mais profundo da conquista.



liber
dade

liberdade

*Após meses de
prisão indevida,
indulto permite
volta de mãe
para casa*

Texto:
Amanda Costa

Dezembro sempre carrega uma pressa diferente. Os dias parecem correr mais rápido diante da despedida do ano. Foi na urgência dos últimos dias do calendário de 2025 que um homem, ao lado do filho de sete anos, bateu à porta da Defensoria, em busca de amparo. Poucos dias antes, a prisão da esposa havia transformado a vida da família.

“Ele relatou que a mulher havia sido presa em Goiânia, embora o processo de execução penal tramitasse em Campo Grande. Estava bastante angustiado, principalmente porque o filho do casal dependia diretamente dos cuidados da mãe”, compartilha a defensora pública Ariela Lima Andrade, que conduziu o caso.

Em uma atuação por meio do Núcleo Especializado em Situação Carcerária e Política Criminal (Nesc), a análise inicial revelou indícios de irregularidades. “O caso atraiu especial preocupação porque se tratava de uma mulher encarcerada injustamente, com uma criança em especial situação de vulnerabilidade”. Para Ariela, o caso exigia uma atuação imediata.

O descompasso entre os autos e a realidade logo sobreveio. A mulher havia sido condenada e teve a pena substituída por duas restritivas de direitos. Como não foi localizada para iniciar as medidas, essas acabaram reconvertidas em pena privativa de liberdade, em regime inicial aberto. Assim, foi expedido e cumprido um mandado de prisão. Porém, àquela altura, ela já havia permanecido 11 meses e 17 dias encarcerada.

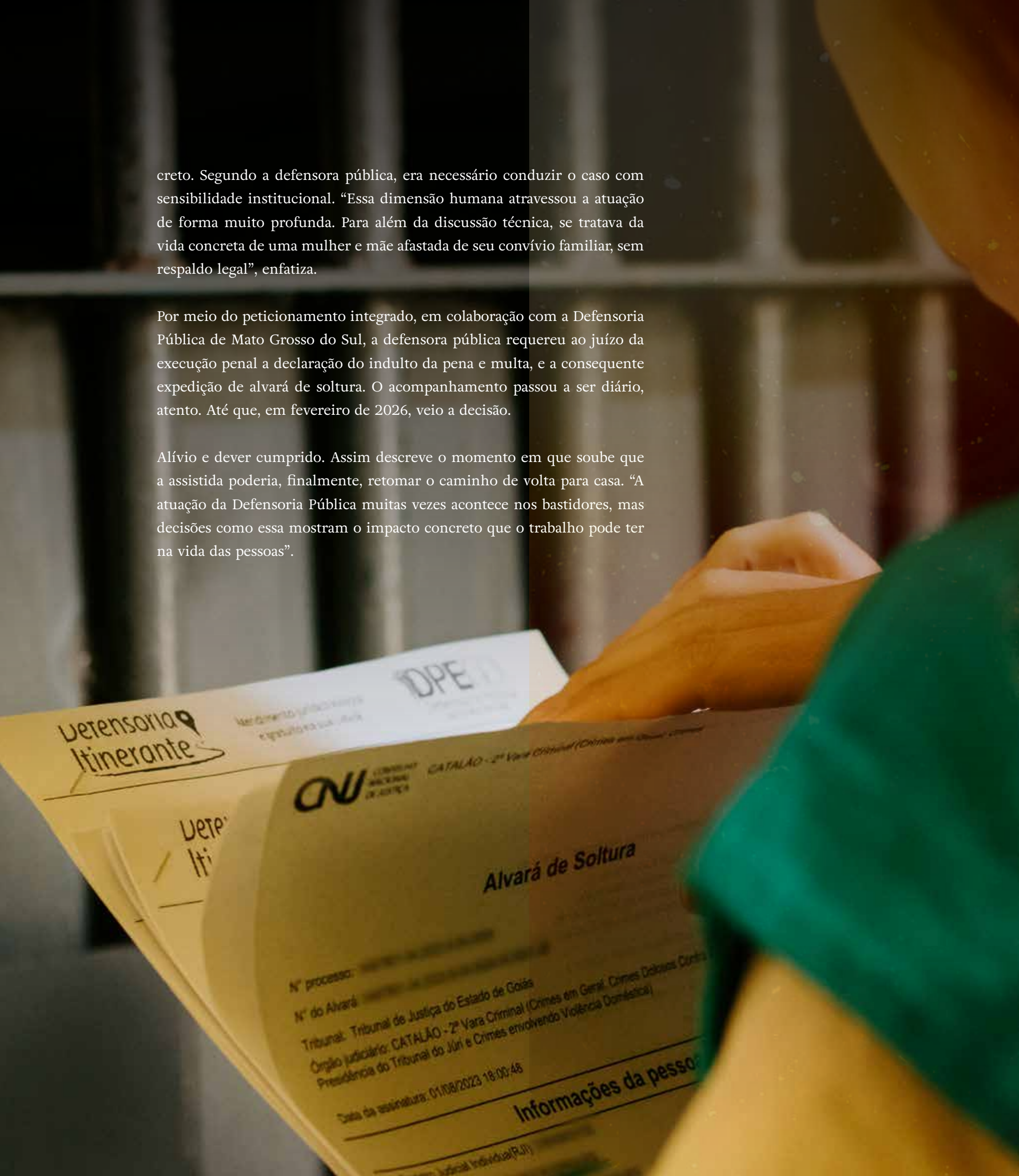
“A assistida cumpriu mais de um quarto da pena em prisão provisória, sendo que, no final, o regime imposto sequer permite o encarceramento”, destaca a defensora. Com uma análise detalhada, foi verificado que a assistida preenchia os requisitos do indulto previsto no Decreto Presidencial nº 11.846/2023, tanto para extinção da pena quanto para pagamento de multa. A liberdade, naquele caso, era um direito.

A análise jurídica rapidamente ganhou contornos humanos. Não se tratava apenas de um cálculo de frações de pena ou da aplicação de um de-

creto. Segundo a defensora pública, era necessário conduzir o caso com sensibilidade institucional. “Essa dimensão humana atravessou a atuação de forma muito profunda. Para além da discussão técnica, se tratava da vida concreta de uma mulher e mãe afastada de seu convívio familiar, sem respaldo legal”, enfatiza.

Por meio do peticionamento integrado, em colaboração com a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, a defensora pública requereu ao juízo da execução penal a declaração do indulto da pena e multa, e a consequente expedição de alvará de soltura. O acompanhamento passou a ser diário, atento. Até que, em fevereiro de 2026, veio a decisão.

Alívio e dever cumprido. Assim descreve o momento em que soube que a assistida poderia, finalmente, retomar o caminho de volta para casa. “A atuação da Defensoria Pública muitas vezes acontece nos bastidores, mas decisões como essa mostram o impacto concreto que o trabalho pode ter na vida das pessoas”.





vulnera- bilidade

vulnerabilidade

*Defesa técnica liberta
homem em situação
de rua preso com um
grama de entorpecente*

Texto:
Amanda Costa

Quando os autos chegaram até a defensora pública Mylena Lorusso Paes de Oliveira, um detalhe saltou aos olhos quase de imediato: 1,1 grama de crack. Essa foi a quantidade que levou à prisão em flagrante de um homem em situação de rua, após abordagem policial em Águas Lindas de Goiás.

O caso havia sido encaminhado à 3ª Defensoria Pública Especializada em Garantias em 09 de fevereiro de 2026, após realização da audiência de custódia. Apesar da pequena quantidade da substância, que não ultrapassa o peso de uma moeda, a prisão havia sido convertida em preventiva. “Ao receber o processo, o sentimento foi de injustiça”, comenta Mylena.



“São comuns decisões que decretam a prisão preventiva sem um olhar mais sensível e atento à condição pessoal ou às circunstâncias do flagrante”, fez questão de frisar. Naquele caso, a vulnerabilidade social do homem havia se transformado em argumento para o encarceramento e a Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia se tornou seu destino.

Ao analisar os autos, a defensora constatou que a decisão se fundamentou, exclusivamente, nos antecedentes do assistido. “Considerando que a prisão preventiva é medida excepcional, por se tratar de uma quantidade tão ínfima de substância, a medida parecia não encontrar respaldo concreto nos requisitos legais”.

Para quem já vive à margem, aquela conduta significava mais que a privação da liberdade. Diante disso, a decisão de agir foi imediata. No dia 09 de fevereiro, foi impetrado um habeas corpus com pedido liminar. A tese era simples e contundente: a prisão era manifestamente desproporcional.

Mylena trouxe à tona o entendimento do Superior Tribunal Federal em um julgamento de repercussão geral. “Se o STF reconhece que 40g de maconha gera presunção de uso, é evidente que 1,1g de qualquer substância não pode automaticamente justificar a imputação de tráfico, sem outros elementos robustos”, explica.

Entre a lógica do encarceramento automático e o direito à liberdade, a atuação da defensora pública redefiniu o destino do assistido. Em 11 de fevereiro, a decisão liminar devolveu ao fato seu peso exato. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reconheceu que a pequena quantidade de droga apontava para consumo próprio.

Após nove dias encarcerado, o assistido deixou a prisão mediante o cumprimento de medidas cautelares. “A sensação foi de alívio e de reafirmação do papel institucional da Defensoria Pública. Casos como esses nos fazem ter a certeza de como essa atuação impacta na vida das pessoas que não são vistas pela sociedade”, afirma Mylena.

“São comuns decisões que decretam a prisão preventiva sem um olhar mais sensível e atento à condição pessoal ou às circunstâncias do flagrante”, fez questão de frisar. Naquele caso, a vulnerabilidade social do homem havia se transformado em argumento para o encarceramento e a Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia se tornou seu destino.

Ao analisar os autos, a defensora constatou que a decisão se fundamentou, exclusivamente, nos antecedentes do assistido. “Considerando que a prisão preventiva é medida excepcional, por se tratar de uma quantidade tão ínfima de substância, a medida parecia não encontrar respaldo concreto nos requisitos legais”.

Para quem já vive à margem, aquela conduta significava mais que a privação da liberdade. Diante disso, a decisão de agir foi imediata. No dia 09 de fevereiro, foi impetrado um habeas corpus com pedido liminar. A tese era simples e contundente: a prisão era manifestamente desproporcional.

Mylena trouxe à tona o entendimento do Superior Tribunal Federal em um julgamento de repercussão geral. “Se o STF reconhece que 40g de maconha gera presunção de uso, é evidente que 1,1g de qualquer substância não pode automaticamente justificar a imputação de tráfico, sem outros elementos robustos”, explica.

Entre a lógica do encarceramento automático e o direito à liberdade, a atuação da defensora pública redefiniu o destino do assistido. Em 11 de fevereiro, a decisão liminar devolveu ao fato seu peso exato. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reconheceu que a pequena quantidade de droga apontava para consumo próprio.

Após nove dias encarcerado, o assistido deixou a prisão mediante o cumprimento de medidas cautelares. “A sensação foi de alívio e de reafirmação do papel institucional da Defensoria Pública. Casos como esses nos fazem ter a certeza de como essa atuação impacta na vida das pessoas que não são vistas pela sociedade”, afirma Mylena.

“São comuns decisões que decretam a prisão preventiva sem um olhar mais sensível e atento à condição pessoal ou às circunstâncias do flagrante”, fez questão de frisar. Naquele caso, a vulnerabilidade social do homem havia se transformado em argumento para o encarceramento e a Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia se tornou seu destino.

Ao analisar os autos, a defensora constatou que a decisão se fundamentou, exclusivamente, nos antecedentes do assistido. “Considerando que a prisão preventiva é medida excepcional, por se tratar de uma quantidade tão ínfima de substância, a medida parecia não encontrar respaldo concreto nos requisitos legais”.

Para quem já vive à margem, aquela conduta significava mais que a privação da liberdade. Diante disso, a decisão de agir foi imediata. No dia 09 de fevereiro, foi impetrado um habeas corpus com pedido liminar. A tese era simples e contundente: a prisão era manifestamente desproporcional.

Mylena trouxe à tona o entendimento do Superior Tribunal Federal em um julgamento de repercussão geral. “Se o STF reconhece que 40g de maconha gera presunção de uso, é evidente que 1,1g de qualquer substância não pode automaticamente justificar a imputação de tráfico, sem outros elementos robustos”, explica.

Entre a lógica do encarceramento automático e o direito à liberdade, a atuação da defensora pública redefiniu o destino do assistido. Em 11 de fevereiro, a decisão liminar devolveu ao fato seu peso exato. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reconheceu que a pequena quantidade de droga apontava para consumo próprio.

Após nove dias encarcerado, o assistido deixou a prisão mediante o cumprimento de medidas cautelares. “A sensação foi de alívio e de reafirmação do papel institucional da Defensoria Pública. Casos como esses nos fazem ter a certeza de como essa atuação impacta na vida das pessoas que não são vistas pela sociedade”, afirma Mylena.

Linha do tempo

Texto 1

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel cum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel cum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel cum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

2011

2012

2013

2014

2015

2016

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel cum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel cum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel cum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 1

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

2017

2018

2019

2020

2021

2022

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, cons ectetuer adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 1

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

2023

2024

2025

2026

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Texto 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.



